



Morte de cinegrafista não pode ficar impune, dizem senadores

A morte do repórter-cinematográfico da TV Bandeirantes Santiago Andrade, ontem, em consequência de ferimento causado por um rojão quando registrava um protesto no Rio de Janeiro, quinta-feira passada, foi lamentada por diversos senadores em Plenário. Tratado como ataque

à liberdade de imprensa, eles condenaram atos de violência em manifestações. O fato pode acelerar a aprovação do projeto que tipifica o crime de terrorismo, já na pauta do Plenário. O Conselho de Comunicação Social do Congresso, que discutia casos de agressões contra jornalistas quando a morte foi

anunciada, aprovou nota de repúdio aos atos de violência praticados contra profissionais de comunicação. O documento foi levado ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que defendeu rigor contra a violência em protestos e exigiu punição exemplar dos responsáveis pela morte de Santiago. **2 e 3**



Luis Maciel/Câmara dos Deputados

Repórteres-cinematográficos e fotográficos fazem ato em homenagem a Santiago Andrade, da TV Bandeirantes, que morreu quatro dias após ser atingido na cabeça por rojão enquanto cobria protesto no Rio

Modificado, Plano Nacional de Educação volta à Câmara

Projeto que institui o Plano Nacional de Educação sofreu modificações no Senado, a exemplo da duplicação do prazo para que o país consiga alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade. Deputado quer rapidez na análise da Câmara. **6**

Médicos militares ganham direito de acumular cargos públicos

O Congresso promulga hoje, às 12h, a Emenda Constitucional 77, que concede aos militares o mesmo direito dos servidores civis da área médica, que já podem acumular cargos públicos. O exercício da atividade militar deverá prevalecer sobre as demais. **7**

especial Cidadania Revista aborda financiamento do sistema de saúde

Nova edição de *Em Discussão!*, do Senado, mostra que rede pública não dispõe de dinheiro suficiente para atender a população e precisa de mais verbas do governo federal. **4 e 5**

Trabalhadores sugerem boicote a frigoríficos sem segurança

Descumprimento de norma de segurança deve ser combatido com multas maiores, fiscalização mais rigorosa e boicote aos produtos das empresas irregulares, segundo sindicalistas que participaram ontem de debate na Comissão de Direitos Humanos. **7**

Projeto isenta pessoas com deficiência de pagar pedágio

Para assegurar viabilidade econômica do projeto que vai a votação final hoje na Comissão de Assuntos Econômicos, relatora propõe que o Poder Executivo regulamente a concessão do benefício, já que a iniciativa é técnica e sujeita a alterações constantes. **8**

Notícia da morte do cinegrafista Santiago Andrade, atingido por rojão durante protesto no Rio, chegou no momento em que ataques contra jornalistas eram debatidos pelo Conselho de Comunicação do Congresso

Jonas Pereira/Agência Senado



Dom Orani, presidente do Conselho, Fernando Cesar Mesquita (D), vice, e conselheiros entregam nota a Renan Calheiros

Conselheiros repudiam violência contra imprensa

INTEGRANTES DO CONSELHO de Comunicação Social do Congresso aprovaram ontem uma nota de repúdio aos atos de violência praticados contra comunicadores e profissionais da imprensa em geral (leia quadro ao lado). A notícia da morte do repórter-cinematográfico da TV Bandeirantes Santiago Andrade, atingido por um rojão enquanto fazia imagens de protesto de rua no Rio de Janeiro na semana passada, chegou no momento em que a comissão temática que trata da liberdade de expressão discutia no Senado casos de violência contra jornalistas.

— Impossível termos qualquer tipo de parcimônia com esse tipo de agressão — afirmou Alexandre Kruehl Jobim, representante das empresas de imprensa escrita.

Santiago, que tinha 49 anos, foi ferido na última quinta-feira e se encontrava desde então em estado grave, sob tratamento intensivo. Na manhã de ontem, a Secretaria Municipal de Saúde do Rio comunicou que o repórter-cinematográfico recebeu diagnóstico de morte cerebral.

O presidente do Conselho, dom Orani Tempesta, o vice Fernando Cesar Mesquita e outros conselheiros en-

tregaram ontem mesmo o documento ao presidente do Senado, Renan Calheiros, em reunião no início da noite.

Renan defendeu penas mais rigorosas para a violência em manifestações e exigiu punição exemplar dos responsáveis pelo caso (leia mais na pág. 3).

Dom Orani informou que o colegiado promoverá em 17 de março audiência pública sobre a violência contra profissionais de imprensa.

Sugestões

Duas sugestões para conter a violência contra jornalistas foram apresentadas na comissão do Conselho sobre liberdade de expressão: federalização das investigações dos crimes contra profissionais de comunicação e criação de um observatório nacional para uniformizar as estatísticas sobre esse tipo de agressão. Segundo os conselheiros, estatísticas desencontradas acabam tirando a credibilidade dos levantamentos e dificultando o conhecimento da real situação dos profissionais.

Celso Augusto Schröder, representante dos jornalistas, disse que a federalização é importante para garantir o sucesso do processo investigatório.

— Forças regionais e conser-

vadoras podem incidir sobre as investigações, que muitas vezes são falhas e contaminadas — advertiu Schröder.

A adoção de um protocolo de segurança entre empresas de comunicação e os empregados também foi sugerida. Na opinião de Maria José Braga, que também representa os jornalistas, esse protocolo permitiria, por exemplo, que fossem constituídas, nas redações dos veículos, comissões de segurança para avaliar os riscos e definir medidas mitigatórias.

— O repórter-cinematográfico estava sozinho e, ao filmar, ele não poderia observar o seu redor. Ele não poderia estar só num momento daquele — disse Maria José.

Pela manhã, antes da morte do cinegrafista, os conselheiros também discutiram um relatório preliminar relativo a três projetos de lei que tratam da obrigatoriedade de fornecimento de itens de segurança para jornalistas, como capacetes e coletes à prova de bala. O relatório de Wrana Panizzi, representante da sociedade civil, é favorável. Os conselheiros reconheceram, no entanto, que a violência contra a imprensa é uma questão muito mais ampla.

Regras de qualidade para TV por assinatura

Foi aprovada ontem pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso a proposta de Regulamento de Gestão da Qualidade (RGQ) das Prestadoras dos Serviços de Televisão por Assinatura, enviada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O texto será devolvido à Anatel com sugestões de mudanças, devido à necessidade de definição formal do que

seriam empresas de pequeno porte na área de TV por assinatura, como consta no texto.

O relator, engenheiro Roberto Franco, pediu igualdade entre as metas de solução de problemas do RGQ da TV por assinatura e as já impostas às provedoras de internet. A Anatel fixou índice de atendimento de 98% da demanda para as TVs, quando as provedoras de internet têm meta de 95%.

Entre os indicadores de qualidade, a Anatel propõe o limite de 2% para a relação entre a quantidade de reclamações recebidas pela prestadora e o total de assinantes no mês correspondente. Da mesma forma, não pode ser superior a 2% o índice que registra as reclamações recebidas pela própria prestadora e aquelas recebidas pelos canais de atendimento da Anatel.

Ações imediatas

Nota do Conselho de Comunicação Social repudia agressões e exige das autoridades medidas urgentes para garantir a segurança dos profissionais de comunicação

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS) vem a público repudiar a violência contra jornalistas, radialistas e demais comunicadores, que surpreende e preocupa a sociedade brasileira. Os casos de agressões aos profissionais é um evidente atentado às liberdades de expressão e de imprensa. O mais recente deles resultou na morte do repórter-cinematográfico Santiago Andrade, que foi atingido por um artefato explosivo, no dia 6 de fevereiro e não sobreviveu aos ferimentos.

Lamentamos profundamente a morte do profissional e nos solidarizamos com seus familiares, amigos e companheiros de trabalho neste momento de dor e comoção.

A morte de mais um jornalista no Brasil e as frequentes agressões a profissionais da comunicação e demais comunicadores no exercício de seu trabalho revelam a gravidade da situação e exigem ações imediatas; a sociedade brasileira precisa dar um basta a essa violência, que, em última instância, prejudica a democracia brasileira.

Em 2013, foram mais de cem agressões registradas somente durante o chamado Movimento de Junho. Neste início de 2014, já são três casos de jornalistas agredidos em coberturas de manifestações, com a morte de um deles.

As agressões revelam nitidamente comportamentos autoritários de pessoas ou grupos de pessoas que não conseguem conviver com o estado de direito e, principalmente, com a comunicação pública. Ou ainda a ação equivocada do Estado, por meio de suas polícias, que, em vez de proteger os jornalistas e outros comunicadores, tentam impedir seu trabalho. E mais, empresas de comunicação têm sido frequentemente atacadas em atos de intolerância que são igualmente repudiáveis.

Por isso, o CCS solicita ao governo brasileiro e aos governos estaduais medidas urgentes, no âmbito de suas competências, para garantir a integridade física dos jornalistas, radialistas e demais comunicadores. O Conselho de Comunicação Social também sugere às entidades representantes dos trabalhadores da comunicação e representantes das empresas de comunicação que busquem, conjuntamente, ações para garantir aos jornalistas, radialistas e demais comunicadores condições de trabalho e de segurança.

Tramitam no Congresso Nacional vários projetos que tratam da segurança dos jornalistas e demais comunicadores, e o CCS está se debruçando sobre todos eles, já tendo se manifestado a favor do PL que federaliza as investigações dos crimes contra jornalistas.

Trabalhadores e empresários da comunicação e sociedade civil representados no CCS vão cumprir o seu papel e dar sua contribuição para o fim da violência contra jornalistas, radialistas e demais comunicadores e pedem ao poder público que também aja com o mesmo objetivo.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pauta trancada

14h Todas as deliberações estão trancadas pela medida provisória (MP 626/2013) que abre crédito extraordinário, no valor de R\$ 2,53 bilhões, para o Fies.

PRESIDÊNCIA Emenda constitucional

12h Renan Calheiros preside a sessão de promulgação da Emenda 77; às 14h45, participa de reunião da bancada do PMDB; às 15h, de reunião de líderes; e às 16h, preside a ordem do dia.

CMA Conta de água

8h30 A comissão analisa projeto que torna obrigatória a cobrança separada dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

CCT Publicidade estatal

9h30 Na pauta, projeto que estabelece critérios na aplicação dos recursos destinados aos serviços de publicidade pela administração pública.

CAE Eleição do vice-presidente

10h A comissão analisa projeto que trata da isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos e o que cria áreas de livre comércio nos municípios de Corumbá e Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul. Na reunião, haverá eleição do vice-presidente do colegiado.

CE Ampliação do Bolsa-Atleta

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa, entre outros, projetos que ampliam o Programa Bolsa-Atleta e os que dispõem sobre a escolha dos dirigentes escolares.

CMO Prestação de contas

15h Reunião da Comissão Mista de Orçamento, no Plenário 2 Câmara, sobre prestações de contas do governo federal, relatórios de atividades do TCU, ofícios e um projeto de decreto legislativo.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **8h30**, reunião da **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**; e, às **11h**, reunião da **Comissão de Educação, Cultura e Esporte**. Às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

ATV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Parlamentares pedem, em Plenário, que a morte do repórter-cinematográfico Santiago Andrade seja punida exemplarmente e cobram mais segurança para jornalistas



Santiago Andrade, repórter-cinematográfico da Bandeirantes, morre quatro dias após ser atingido por rojão em protesto

Senadores cobram punição pela morte de cinegrafista

OS SENADORES MANIFESTARAM solidariedade à família do cinegrafista da TV Bandeirantes Santiago Andrade, que morreu ontem, como consequência de ferimento causado pela explosão de um rojão quando registrava um protesto no Rio de Janeiro, e pediram que os responsáveis não fiquem impunes.

Ana Amélia (PP-RS) defendeu o direito amplo à livre expressão, mas sem “barbarismo e violência, que é inaceitável sob todos os aspectos”.

Para a senadora, o fato merece apuração exemplar, pois, segundo ela, a impunidade vai favorecer a prática de mais crimes como esse:

— Não gosta da Copa? Tudo bem, levante uma bandeira, faça um cartaz, diga que não gosta, mas não destrua, não violente, não fira, não mate. Todos devem se manifestar, é um direito do processo democrático, mas o que não é aceitável é essa forma triste e vergonhosa — afirmou.

Alvaro Dias (PSDB-PR)

pediu “providências drásticas” contra quem protesta fazendo uso da violência. Ele sugere que a polícia identifique essas pessoas e as impeça de se manifestar. Em sua opinião, essas pessoas criaram um clima de “insanidade” e “tumultuam para evitar que manifestações democráticas e pacíficas possam ter o apoio da sociedade”.

Radicalização

Paulo Paim (PT-RS) disse que apoiou as manifestações deflagradas em junho de 2013 “desde o primeiro momento”, mas lamenta a radicalização dos protestos, pela adoção de métodos violentos. No seu entender, isso está tirando o apoio às manifestações.

— Sinceramente, não entendo muito essa posição de certos movimentos, que vão para a linha do espancamento, do quebra-quebra, como se isso ganhasse a opinião pública. No mínimo, é um ato de insanidade, de burrice e ainda tira a vida de outros — disse.

Rodrigo Rollemberg (PSB-

DF) ressaltou a necessidade de o Estado garantir a segurança e a integridade física dos trabalhadores da imprensa e de todos que, por dever profissional, são obrigados a acompanhar os atos de protesto que se tornaram frequentes no país desde junho do ano passado.

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a punição exemplar dos responsáveis, mas acredita que também “é preciso entender por que o país vive esse clima de violência, em que meninos vão para as ruas soltar foguete com o risco de matar pessoas. Tem que punir exemplarmente, mas é preciso tratar também a questão socialmente”, para evitar que crimes semelhantes venham a ocorrer.

— Por que um garoto se transforma em bandido ao pegar um foguete e usar dessa maneira criminoso? O que está acontecendo neste país que as pessoas estão tão violentas? — questionou o senador.



Ana Amélia, Cristovam e Viana foram alguns dos parlamentares que se manifestaram durante a sessão de ontem



Renan: “É preciso punir exemplarmente”

O presidente do Senado, Renan Calheiros, manifestou solidariedade à família do repórter-cinematográfico Santiago Andrade, que morreu na manhã de ontem. Santiago fazia imagens de um protesto contra o aumento da tarifa de ônibus no Rio de Janeiro, na semana passada, quando foi atingido na cabeça por um rojão disparado por um manifestante.

Renan prometeu telefonar para a família de Santiago e

disse que o Congresso Nacional vai fazer a sua parte no sentido de agravar qualquer punição que possa ser aplicada aos responsáveis. Na visão do presidente, é preciso esclarecer o ocorrido e “punir exemplarmente, para que essas coisas não voltem a acontecer”.

Ele ressaltou que as manifestações populares são legítimas, pois são um canal que a sociedade utiliza para se expressar. No entanto, apontou o presidente, não se pode

conviver permanentemente “com a violência e com a brutalidade”.

Renan recebeu uma nota do Conselho de Comunicação Social do Congresso (veja na pág. 2) que repudia a morte do repórter cinematográfico.

— As pessoas não podem confundir direito de expressão com direito de opressão. Direito de expressão, todos devem ter. Direito de opressão, ninguém pode ter — declarou.

Notícia esquenta debate sobre projeto que tipifica terrorismo

A morte do cinegrafista Santiago Andrade, atingido por um rojão durante protestos na semana passada no Rio de Janeiro, acrescentou um novo elemento à discussão do projeto que tipifica o crime de terrorismo (PLS 499/2013). O Plenário do Senado pode começar a examinar a polêmica matéria hoje.

Paulo Paim (PT-RS), que havia sugerido a análise da proposta pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o que adiará a votação no Plenário, desistiu do requerimento diante da morte de Santiago.

— Mediante o acontecido com o cinegrafista, que foi covardemente assassinado, acredito que o Senado tem que responder, não só para esse fato, mas para alguns que já aconteceram e outros que vão acontecer se nada for feito — disse.

Jorge Viana (PT-AC) afirmou ser possível fechar a semana com a aprovação do projeto. Na avaliação do senador, a ação que resultou na morte do cinegrafista se encaixa perfeitamente na definição de terrorismo que consta

do PLS 499/2013: “provocar ou difundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa ou tentativa de ofensa à vida, à integridade física ou à saúde ou à privação da liberdade de pessoa”, inclusive com previsão de pena maior quando há emprego de “explosivo, fogo, arma química, biológica ou radioativa, ou outro meio capaz de causar danos ou promover destruição em massa”.

— É o caso. Foi usado um explosivo. Não é um rojão de festa junina. Foi usada uma bomba — argumentou.

Segundo Viana, a lei anti-terrorismo vai dar um “sinal concreto” à sociedade de que crimes como o que resultou na morte de Santiago Andrade vão ser punidos “com mais de 30 anos de cadeia”.

O PLS 499/2013 prevê pena de 15 a 30 anos para a prática de terrorismo e de 24 a 30 anos se do ato resultar morte. A punição pode ser aumentada em um terço se o crime for praticado com explosivo, fogo, arma química, biológica ou radioativa; em meio de transporte público ou sob proteção internacional; ou por agente público.

O projeto

O PLS 499/2013 foi elaborado a partir de proposta do deputado Miro Teixeira (PROS-RJ), sendo aprovado em novembro de 2013 pela comissão mista destinada a consolidar a legislação e a regulamentar dispositivos da Constituição federal. O relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), entende que o projeto preenche “lacuna grave” do ordenamento jurídico nacional, a partir da construção de um instrumento jurídico específico para a repressão penal de “conduta odiosa”, o que permitirá o cumprimento de obrigações internacionais pelo Brasil.

Prática do terrorismo: o projeto estabelece acréscimo de um terço nas penas se o crime for praticado com uso de explosivo, fogo, arma química, biológica, radioativa ou outro meio capaz de causar danos ou promover destruição em massa; em meio de transporte coletivo ou sob proteção internacional; e por agente público, civil ou militar, ou pessoa que aja em nome do Estado. Se o autor do crime for funcionário público, a condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

Financiamento do terrorismo: o projeto também estabelece pena de 15 a 30 anos de reclusão para quem oferecer, obter, guardar, mantiver em depósito, investir ou contribuir de qualquer modo para a obtenção de ativo, bem ou recurso financeiro com a finalidade de financiar, custear ou promover prática de terrorismo, ainda que os atos relativos a este não venham a ser executados.

Terrorismo contra coisa: o PLS 499/2013 estabelece ainda pena de reclusão de 8 a 20 anos para quem provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante dano a bem ou serviço essencial — barragem, central elétrica, linha de transmissão de energia, aeroporto, porto, rodoviária, ferroviária, estação de metrô, meio de transporte coletivo, ponte, plataforma fixa na plataforma continental, central de energia, patrimônio material tombado, hospital, casa de saúde, instituições de ensino, estádio esportivo e instalação militar.

Incitação ao terrorismo: para quem incitar ações terroristas, a reclusão é de 3 a 8 anos. A mesma pena é aplicada a quem der abrigo ou guarida a pessoa de quem se saiba tenha praticado ou esteja por praticar crime de terrorismo. Não se aplica a pena se o agente for ascendente ou descendente em primeiro grau, cônjuge, companheiro estável ou irmão da pessoa abrigada ou recebida.

Grupo terrorista: o projeto estabelece reclusão de 5 a 15 anos para três ou mais pessoas que se associarem com o fim de praticar terrorismo.

Arrependimento: a punição fica extinta para o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução e impede que o resultado do crime de terrorismo se produza, desde que não seja reincidente em crime previsto na norma. No caso de arrependimento, serão garantidas ao agente, quando por ele requeridas, as medidas de proteção atribuídas às vítimas ou testemunhas de crimes que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal.

Competência: de acordo com o PLS 499/2013, os crimes de terrorismo são praticados contra o interesse da União, cabendo à Justiça Federal o processamento e julgamento dos casos.

Tortura: o projeto também estabelece que será de 3 a 6 anos de reclusão a pena prevista no artigo 288 do Código Penal, quando se tratar de crimes hediondos e prática de tortura.

Nova edição de *Em Discussão!*, publicada pelo Senado, aponta que a rede pública não dispõe de dinheiro suficiente para atender adequadamente todos os brasileiros; como solução, a revista mostra que, mais que estados e prefeituras, é o governo federal que precisa injetar valores mais altos no Sistema Único de Saúde

Revista debate saúde financeira do SUS

Ricardo Westin

A REDE PÚBLICA de saúde do Brasil é ambiciosa. Ao criar o Sistema Único de Saúde (SUS), a Constituição estabeleceu que cada brasileiro, rico ou pobre, precisa ter todas as necessidades atendidas sem pagar nada — de uma aspirina a um remédio anticâncer que custa milhares de reais, de uma consulta por causa de dor de garganta a uma complicada cirurgia no coração.

Entre a letra da lei e a realidade, porém, existe um abismo. Faltam médicos. A espera por uma consulta pode durar meses. Por uma cirurgia, anos. Prontos-socorros vivem abarrotados de pacientes. Em hospitais, eles convalescem em macas pelos corredores. Ambulâncias ficam na garagem por falta de gasolina. O Brasil ainda registra novos casos de elefantíase, esquistossomose, mal de Chagas e hanseníase. A dengue, que mata, ressurgiu todo verão.

As mazelas da saúde não têm uma explicação única. Especialistas responsabilizam tanto as falhas na gestão quanto a corrupção. Entretanto, são enfáticos ao apontar que o maior dos problemas é, de longe, o subfinanciamento. Para fazer tudo aquilo a que se propõe, o SUS não tem dinheiro suficiente.

A edição de fevereiro da revista *Em Discussão!*, publicada pelo **Jornal do Senado**, trata especificamente do financiamento da saúde. O tema é esmiuçado ao longo de 82 páginas, em reportagens que explicam desde as tentativas já feitas de reforçar o caixa do SUS até os projetos de lei em estudo hoje no Congresso Nacional, passando pelas experiências de outros países. A nova edição já está disponível na Livraria do Senado e no site da Casa (*veja quadro nesta página*).

Bilhões insuficientes

— Em todo o Brasil, o cidadão que procura tratamento frequentemente depara com toda sorte de desrespeito, como longas filas e descaso. Isso é inaceitável, porque a manutenção da saúde está ligada ao direito à própria



Entre a ministra Miriam Belchior e o então ministro Alexandre Padilha, o presidente do Senado, Renan Calheiros, fala sobre o SUS

existência — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros, numa sessão temática realizada em setembro passado em que senadores, ministros e militantes da saúde discutiram o SUS.

Em 2012, o governo federal, os estados e as prefeituras destinaram à saúde R\$ 173 bilhões. Esse valor custearia todo o Programa Nacional de DST e Aids durante quase um século e meio.

O montante que alimenta o SUS aparenta ser fabuloso, mas três comparações deixam claro que não é. A primeira é com a rede privada. De todo o dinheiro que sustenta a saúde brasileira, a fatia grande do bolo (54%) está no sistema privado. A parcela menor (46%) mantém o sistema público. O desequilíbrio aumenta quando se leva em consideração que a grande maioria dos brasileiros (76%) não tem plano de saúde e depende do SUS quando adoce.

A segunda comparação é com países que também têm um sistema universal e integral. No Brasil, o poder público investe em saúde 4% do produto interno bruto (PIB), menos que Reino Unido (7,7%), Canadá (7,8%) e Argentina (4,9%).

A última comparação é com os planos de saúde. Enquanto os convênios médicos gastam, em média, R\$ 160 mensais com cada um de seus 48 milhões de clientes, a rede pública desembolsa R\$ 72 por mês com cada um dos 200 milhões de brasileiros. A rede pública, além de tudo, tem

uma lista de tarefas muito mais extensa que a dos planos de saúde. Cabem ao SUS o controle de epidemias e a vigilância sanitária de remédios e alimentos.

— O SUS está sem dinheiro, e isso se vê em itens banais. Consultórios não têm cadeira para os pacientes e hospitais não têm lençol. Como o médico pode oferecer um atendimento digno? Os políticos fazem promessas, mas, quando chegam ao governo, mostram que a saúde, na realidade, nunca foi prioridade — disse a *Em Discussão!* Antonio Carlos Lopes, presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica.

Gastos crescentes

Falta dinheiro do governo federal. Segundo especialistas, os estados e as prefeituras já destinam à saúde o máximo que podem. A União arrecada a maior parte dos impostos, mas aplica no SUS uma parte pequena deles. O Senado está empenhado em ajudar o governo a encontrar o caminho. Neste momento, os senadores analisam uma série de projetos de lei que buscam reforçar os cofres da saúde pública.

No início do ano passado, o Senado encarregou uma comissão temporária de debruçar-se sobre o problema e propor soluções.

Em setembro, em debate no Plenário, os senadores trataram do tema com dois ministros — Miriam Belchior, do Planejamento, e Alexandre Padilha, na época titular da Saúde.

A discussão ganhou fôlego em agosto, quando entidades do setor sanitário reunidas no movimento Saúde+10 apresentaram um projeto de lei que obriga o governo federal a aplicar 10% da receita bruta no SUS. Para que a proposta fosse aceita pelo Congresso, o Saúde+10 recolheu 2,2 milhões de assinaturas.

Caso o poder público não tome nenhuma atitude com urgência, o subfinanciamento ficará ainda mais profundo com o passar do tempo. Os gastos da saúde crescem num ritmo veloz.

Diariamente são lançados remédios e aparelhos novos e caros, que, em vez de substituir, passam a conviver com os antigos. A tomografia computadorizada, por exemplo, não levou à aposentadoria do velho aparelho de raios X. O Brasil tem cada vez mais idosos, que requerem mais tratamentos do que os jovens. Outro fenômeno é a judicialização da saúde. As pessoas recorrem à Justiça para obter do governo remédios e cirurgias que não recebem do SUS.

Para Mário Scheffer, professor de Medicina Preventiva da Universidade de São Paulo (USP), a má qualidade do SUS tem empurrado os brasileiros para a saúde privada. Em 2000, 31 milhões de pessoas tinham plano de saúde. Hoje, 48 milhões. Afirmou ele à revista *Em Discussão!*: — Nem mesmo os clientes dos planos estão satisfeitos. Os convênios já mostraram que não



A capa da 19ª edição da revista *Em Discussão!*, sobre saúde pública

Publicação do Senado foca grandes temas nacionais

Em reportagens aprofundadas, a revista *Em Discussão!* aborda os grandes temas nacionais em debate no Senado. A 19ª edição trata do financiamento do SUS.

A revista pode ser lida gratuitamente pela internet (www.senado.leg.br/emdiscussao). Quem prefere a versão em papel pode comprá-la no site da Livraria do Senado (www.senado.leg.br/livraria), por R\$ 10 cada edição — o valor já inclui as despesas de envio postal.

Em edições anteriores, *Em Discussão!* abordou assuntos como a má qualidade da educação e os entraves para a adoção de crianças.

são capazes de oferecer o atendimento adequado. Está claro que o governo deve tirar do papel o SUS previsto na Constituição. Para isso, precisa garantir um financiamento decente. Sem dinheiro, é impossível aumentar a quantidade e a qualidade dos serviços públicos de saúde.

Leia a revista

www.senado.leg.br/emdiscussao

Veja esta e outras edições do *Especial Cidadania* em www.senado.leg.br/especialcidadania

Da CPMF à Emenda 29, soluções foram insuficientes

Desde 1988, ano de criação do SUS, 18 homens chefiaram o Ministério da Saúde. De Adib Jatene a José Gomes Temporão, de José Serra a Alexandre Padilha, todos tentaram convencer o presidente da República de que o SUS precisava de uma fatia mais generosa do Orçamento. Ministro nenhum teve sucesso.

— O governo diz que não há recursos suficientes. É uma desculpa que vem desde o início do sistema — diz Jurandi Frutuoso, secretário-executivo do Conass (entidade que representa os secretários estaduais de Saúde).

De acordo com Mário Scheffer, professor de Medicina Preventiva da Universidade de São Paulo (USP), os ministros da Saúde esbarram na força dos ministérios da área econômica: — O SUS vai continuar afundado em problemas enquanto prevalecer essa política econômica que prioriza a redução das despesas com ações sociais para alcançar elevados superávits primários e abater a dívida pública.

O SUS nunca contou com uma fonte de recursos ao mesmo tempo estável e suficiente. A primeira grande resposta



Macas em corredor de hospital de Porto Alegre que atende pelo SUS: especialistas dizem que falta verba do governo federal

para o subfinanciamento foi dada em 1996, quando se criou a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. A CPMF seria derrubada em 2007.

O segundo movimento ocorreu em 2000, com a aprovação da Emenda Constitucional 29. A União passou a ter de investir no SUS o mesmo volume aplicado no ano anterior mais a variação nominal do produto interno bruto (PIB) no período.

Os estados, 12% das receitas próprias. E os municípios, 15%.

O terceiro e último avanço se deu em 2012, com a regulamentação da Emenda 29. Até então, União, estados e municípios se aproveitavam de uma brecha no texto e lançavam na conta do SUS gastos com saneamento básico, merenda escolar e aposentadoria de servidores públicos, atingindo artificialmente o mínimo obrigatório.

A regulamentação estabeleceu que nada disso poderia sair dos cofres do SUS.

Nenhum dos três passos foi capaz de salvar a saúde. Para os especialistas, só há uma solução: obrigar a União a gastar um percentual de suas receitas, tal qual estados e municípios. Defendem que o piso esteja em 18,7% da receita corrente líquida da União (ou 10% da receita bruta). O governo aceita

vincular não mais que 15% da receita líquida. Hoje, os gastos com saúde equivalem a 12%.

Em setembro passado, o então ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, participaram de uma sessão temática no Senado sobre o caixa do SUS. Padilha reclamou da falta de dinheiro, mas preferiu não cobrar explicitamente um quinhão maior do Orçamento. Miriam, ao contrário, foi categórica e afirmou que reservar 18,7% da receita líquida seria “impossível”.

Para Gastão Wagner, que foi secretário-executivo do Ministério da Saúde em 2003 e 2004, as falas dos dois já eram previsíveis:

— O ministro da Saúde é um cargo de confiança do presidente. Ele não pode destoar da política econômica do governo e sair brigando por mais recursos. Há um limite para o confronto com a área econômica. Para que a situação mude, é preciso haver pressão da mídia e da sociedade. Não há como superar o subfinanciamento esperando uma iniciativa do próprio governo.

(Ricardo Westin)

Congresso busca novas fontes de dinheiro para o setor

Raissa Abreu

O financiamento da saúde foi um dos principais temas do Congresso em 2013. Em resposta às críticas feitas à má qualidade dos serviços nas manifestações de junho, comissões analisaram a questão na Câmara e no Senado e chegaram à mesma conclusão: o SUS carece de dinheiro federal.

A definição de um piso para os investimentos da União na saúde mobilizou entidades do setor, governo e parlamentares. O Legislativo buscou conciliar a demanda da sociedade (o projeto de lei de iniciativa popular do movimento Saúde+10) com os limites de gastos do governo.

Assinaturas

Não é sempre que o Congresso recebe um projeto de lei com 2,2 milhões de assinaturas. Na última vez que algo parecido aconteceu, foi aprovada uma lei para exigir que políticos que se candidatem a qualquer cargo tenham a chamada ficha limpa. Com essas assinaturas, o

secretário-executivo do Conass (órgão dos secretários estaduais de Saúde).

Em 2012, surgiu o Saúde+10, com o objetivo de alterar a legislação para que também a União tivesse parte da receita vinculada à saúde.

O projeto (PLP 321/2013) está na Câmara. A versão atual diz que o governo federal deve destinar 15% da RC em 2014, até chegar a 18,7% em 2018 — R\$ 190 bilhões a mais ao SUS em cinco anos.

Emenda parlamentar

Em 2013, os senadores, no mesmo texto da PEC do Orçamento Impositivo, que vincula à saúde metade das emendas parlamentares de execução obrigatória, fixaram um percentual mínimo para os investimentos do governo federal — 15% da RCL, de forma gradual, até 2018.

Mas a decisão ainda não foi endossada pela Câmara, onde tramita uma proposta de percentual mais elevado para os investimentos da União, 18,7% da RCL em 2018 — equivalente à demanda do Saúde+10.

Sem a aprovação nas duas Casas, os investimentos federais na saúde, estimados em cerca de 12% da RCL em 2013, permanecerão obedecendo à

regra em vigor. Isso porque as emendas parlamentares destinadas ao setor não aumentam o valor total, apenas passam a integrar o rol dos recursos que já financiam a saúde.

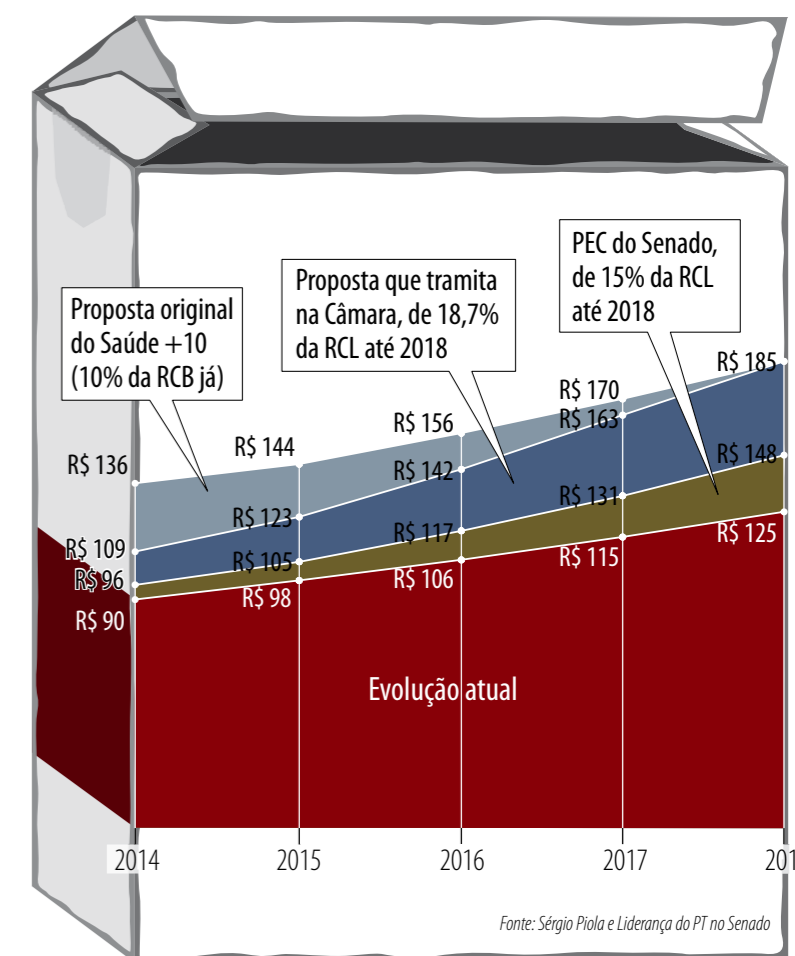
Novas tentativas de criação da Contribuição Social para a

Saúde (CSS), tributo nos moldes da extinta CPMF, também foram ensaiadas na Câmara em 2013.

Propostas de fontes alternativas, como a taxação de grandes fortunas, caminham a passos lentos no Congresso.

Os possíveis remédios

Projetos de lei fixam diferentes percentuais que a União deve aplicar em saúde (em bilhões)





Alunos de escola pública em Brasília: projeto do Plano Nacional de Educação já está no quarto ano de tramitação

Câmara avalia mudanças no Plano de Educação

Senadores fizeram diversas alterações no projeto de lei que cria o Plano Nacional de Educação, entre elas, a que duplica o tempo para a meta de alfabetizar todas as crianças antes de completarem 8 anos

A COMISSÃO ESPECIAL da Câmara dos Deputados que analisa o Plano Nacional de Educação (PL 8.035/2010 na Câmara e PLC 103/2012 no Senado) volta a se reunir hoje, às 14h30. Agora, o colegiado vai analisar as alterações feitas pelos senadores à proposta.

Entre as mudanças feitas no Senado, está a retirada da meta que previa que, em dez anos, 40% das novas matrículas no ensino superior seriam em instituições públicas.

Outro ponto alterado amplia para dez anos o prazo para que

100% das crianças estejam alfabetizadas aos 8 anos de idade. Na proposta original o prazo era de cinco anos.

Os senadores também ampliaram para dez anos o prazo para que as escolas adotem a gestão democrática, oito anos a mais que na proposta da Câmara.

O presidente da comissão especial, deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), informou que vai entregar aos membros do colegiado um quadro comparativo entre o projeto aprovado na Câmara e o do Senado como

forma de dar mais celeridade ao trabalho.

— Minha ideia pessoal é fazer um movimento muito enxuto, muito rápido, para que o mais breve possível nós tenhamos o PNE à disposição da educação e da sociedade brasileira — explicou o deputado.

O Plano Nacional de Educação é válido por dez anos e traz diretrizes e metas para o setor, com a metodologia que deve ser seguida para sua concretização.

(Da Agência Câmara)

Projeto antecipa feriado para segunda-feira

A Comissão de Educação do Senado (CE) reúne-se hoje, a partir das 11h, para deliberar, entre outras matérias, sobre o projeto de lei da Câmara (PLC 296/2009) que antecipa para as segundas-feiras os feriados que caírem entre terças e sextas-feiras. De autoria do deputado Milton Monti (PR-SP), o projeto abre exceção para três feriados: o Dia da Confraternização Universal (1º de janeiro), o Dia da Independência (7 de Setembro) e o Natal (25 de dezembro). Em substitutivo ao projeto original, o relator, senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), propõe, além desses, a manutenção nas datas específicas das comemorações dos



O Dia da Independência está entre as exceções aos feriados antecipáveis

seguintes feriados: Carnaval, Sexta-Feira Santa, 1º de Maio e Corpus Christi.

Bolsa-Atleta

Em decisão terminativa, a CE também examinará o substitutivo do senador Paulo Paim (PT-RS) a projeto de

lei que concede aos técnicos de atletas beneficiados pelo Programa Bolsa-Atleta 10% do valor do benefício recebido pelos alunos, podendo acumular até dez bolsas. O projeto original — PLS 332/2009 — é de autoria do ex-senador Expedito Júnior.

Ferraço quer suspender resolução do TSE sobre crimes eleitorais

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) criticou a resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que determina que o Ministério Público e a Polícia Federal não poderão investigar crime eleitoral no pleito deste ano sem autorização da Justiça Eleitoral. Ele já apresentou projeto de decreto legislativo (PDS 1/2014) para suspender a resolução e pediu à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) prioridade para a votação.

Na opinião de Ferraço, é um



excesso do TSE exigir que o Ministério Público e a Polícia Federal tenham que pedir aos juízes e tribunais eleitorais autorização para apurar qualquer irregularidade nas eleições. Para o senador, é dever do Congresso barrar os excessos de outro Poder da República.

— Acho que merece, por parte do Congresso Nacional, não apenas repúdio, mas merece relevância de iniciativa para que possamos colocar o trem nos trilhos — afirmou.

Rodrigo Rollemberg critica governo do Distrito Federal

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirmou ser grande o descontentamento da população com o governo do Distrito Federal, devido a problemas como a sensação de insegurança na capital do país.

Segundo o senador, o governador Agnelo Queiroz (PT) poderia propor alteração no plano de cargos e salários dos policiais militares e dos bombeiros, mas não toma a iniciativa, o que agrava o problema da segurança pública.



Rollemberg disse ainda que o governo local troca o asfalto de vias que parecem em bom estado, mas não manda asfaltar áreas realmente necessitadas.

Além disso, no fim ano, retirou R\$ 140 milhões destinados à infraestrutura do novo bairro do Noroeste para financiar as obras no Estádio Nacional de Brasília, criticou o senador.

— Esse estádio é uma verdadeira dragagem de recursos públicos — protestou.

Anibal registra visita de José Eduardo Cardozo ao Acre

Anibal Diniz (PT-AC) registrou visita do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ao Acre no último final de semana.

De acordo com o senador, o ministro participou de solenidade, na capital, Rio Branco, de entrega de equipamentos no valor total de R\$ 5,1 milhões destinados a intensificar a fiscalização nas fronteiras do estado com a Bolívia e com o Peru.

O parlamentar informou



ainda que Cardozo ficou impressionado ao conhecer o trabalho de recuperação de menores infratores que está sendo feito pelo Instituto Socioeducativo do Acre, que já atingiu índice de apenas 30% de reincidência.

— O ministro disse que o Acre está dando um exemplo para o Brasil, porque 70% dos jovens que entram no centro de apoio aos reeducandos e a familiares se recuperam — assinalou o senador.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Trabalhador de frigorífico sugere boicote por segurança

Empresas que não vêm cumprindo norma em vigor desde abril devem receber multas maiores, mais fiscalização e boicote aos produtos, segundo sindicalistas. Empresários não compareceram ao debate

EM VIGOR DESDE abril de 2013, a norma para a segurança dos trabalhadores de frigorífico não vem sendo plenamente aplicada pelas empresas. A denúncia foi apresentada ontem por representantes de trabalhadores em debate na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A ausência de empresários do setor e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) foi motivo de queixas.

Entre as determinações da Norma Regulamentadora 36, estão o uso obrigatório de equipamentos de segurança, pausas de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados e alterações na estrutura dos locais de trabalho. Além de sugerirem a aplicação de multas mais altas, debatedores defenderam maior fiscalização e um boicote aos produtos das empresas que continuarem a desrespeitar as regras.

— Os frigoríficos menores estão procurando cumprir, mas os maiores estão buscando subterfúgios para fugir da aplicação da norma. Eles não querem nem participar da discussão para dizer as dificuldades que estão tendo para aplicar a norma. Temos que ir para a ofensiva. O diálogo, a busca do entendimento, tudo isso temos feito — disse o presidente da Confederação

Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA), Artur Bueno de Camargo.

Para as empresas, pagar as multas aplicadas pelos fiscais do Ministério do Trabalho é muitas vezes menos oneroso do que readequar as estruturas dos frigoríficos, observou o representante da pasta, Leocides Milton Arruda.

— O empregador procura se proteger, criar anteparos à lei, naquilo que possa trazer prejuízo ao seu capital. Isso é natural, mas entendo que todos os nossos esforços devem ser direcionados para garantir condições mais dignas de trabalho — afirmou.

Redução da jornada

Foram apresentadas outras sugestões, como a contratação pelo governo de mais fiscais, a realização de forças-tarefas de fiscalização em frigoríficos, a criação de legislação que dê autonomia para médicos e engenheiros de segurança do trabalho que atuam nessas empresas, além da redução da jornada de trabalho para os trabalhadores do setor.

Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a audiência, prometeu buscar soluções para as reivindicações apresentadas.

— Ninguém está contra os empresários aqui. Estamos a

favor dos trabalhadores. Queremos que ele [o empresário] tenha o seu negócio, que lucre, mas que garanta trabalho decente — disse Paim.

De acordo com a CNTA, que lançou a *Cartilha dos Trabalhadores do Setor Frigorífico*, foram registrados 61.966 acidentes envolvendo trabalhadores em unidades de abate entre 2010 e 2012, com 111 mortes. Mais de 8 mil auxílios-doença foram concedidos para trabalhadores do setor no mesmo período.

As razões mais comuns apontadas pela CNTA para o elevado índice de acidentes são a exposição a alterações bruscas de temperatura, a realização de movimentos repetitivos e as jornadas exaustivas.

De acordo com o Ministério Público do Trabalho (MPT), os números podem ser ainda maiores em razão da baixa notificação de acidentes e da falta de denúncias por parte dos próprios trabalhadores, que muitas vezes temem a perda do emprego.

— Se os trabalhadores não denunciarem, se não chegar ao conhecimento do Ministério Público do Trabalho ou ao sindicato, vocês vão morrer em cima dessas máquinas — disse o procurador do Trabalho Valdir Pereira da Silva.



Procurador do Trabalho Valdir da Silva fala ao lado de Camargo, Paim e Leocides Milton Arruda, do Ministério do Trabalho

Emenda sobre médico militar entra em vigor

Os médicos das Forças Armadas agora vão poder acumular dois cargos públicos, como já ocorre com os médicos do serviço civil. Será promulgada hoje, às 12h, a Emenda à Constituição 77/2014, que permite aos médicos das Forças Armadas a acumulação de dois cargos públicos.

A emenda concede aos militares o mesmo direito dos servidores civis da

área médica, que já podem acumular cargos públicos. O exercício da atividade militar, no entanto, deverá prevalecer sobre as demais.

A emenda vai ser promulgada pelo Congresso Nacional, em sessão marcada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que dirige a Mesa do Congresso.

O objetivo da PEC é evitar a constante evasão de profissionais das Forças Armadas,

devido à impossibilidade de exercício de outro cargo. Esse problema prejudica principalmente a população de regiões de fronteira, inclusive os indígenas.

A Emenda 77/2014 é resultante da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 293/2013, do Senado, aprovada pela Câmara dos Deputados na última quarta-feira.

(Com informações da Agência Câmara)

Saúde em Roraima sofre com descaso do governo estadual, diz Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) reclamou ontem do descaso do governo de Roraima com a saúde. Isso obrigou o Ministério Público, segundo ele, a recomendar à Secretaria da Saúde providências para compra de materiais básicos para o Hospital-Geral de Roraima, como filme para revelação de exames de raios X.

Os promotores de Justiça querem também o conserto do mamógrafo do Centro de Referência da Saúde da Mulher e a aquisição de medicamentos para as pacientes, acrescentou o senador.

— Isso só reforça aquilo que nós temos denunciado aqui. Não só a corrupção no setor de saúde, como o descaso na administração, porque falta apoio de fato do governo,



Mozarildo diz que governador prioriza a propaganda institucional

do governador, para o setor de saúde, priorizando muitas vezes uma propaganda institucional, que quem assistir sem ter vivido em Roraima, sem estar vivendo em Roraima, vai achar que nós estamos vivendo em um estado exemplar — afirmou Mozarildo.

Para Figueiró, 2014 será marcado pelo debate sobre os problemas do país

Embora este ano o Brasil sedie a Copa do Mundo, Ruben Figueiró (PSDB-MS) acredita que 2014 será movimentado no país pelos debates sobre os problemas para os quais a sociedade exige solução.

O senador enumerou problemas econômicos que agravam o cenário deste ano, como a elevação da taxa de juros, o descontrole da inflação, a elevada carga tributária e o desequilíbrio das contas públicas.

Na avaliação de Figueiró, isso acontece porque o governo está preocupado apenas em fazer propaganda enganosa e trabalha na base do improviso. Ele também condenou a adoção de “medidas populistas, que não atacam de frente os principais problemas, como os conflitos pela posse da terra, a mobilidade urbana, a saúde, a educação e a segurança”.



Figueiró: população sente que suas necessidades não são prioridade

— Recursos destinados à construção de estádios, à compra de aviões e ao custeio de mordomias no exterior são viabilizados com rapidez estonteante e sem controle, enquanto os destinados a atender as necessidades mais prementes da sociedade têm que percorrer labirínticos caminhos dentro de uma burocracia paquidérmica — disse.

Disponibilidade de leitos em UTIs está na pauta de comissão para amanhã

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve analisar amanhã, em turno suplementar, projeto (PLS 233/2012) que garante a disponibilidade de leitos em unidades de terapia intensiva na rede hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS).

O projeto, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), recebeu substitutivo do relator, Humberto Costa (PT-PE) — por isso o turno suplementar.

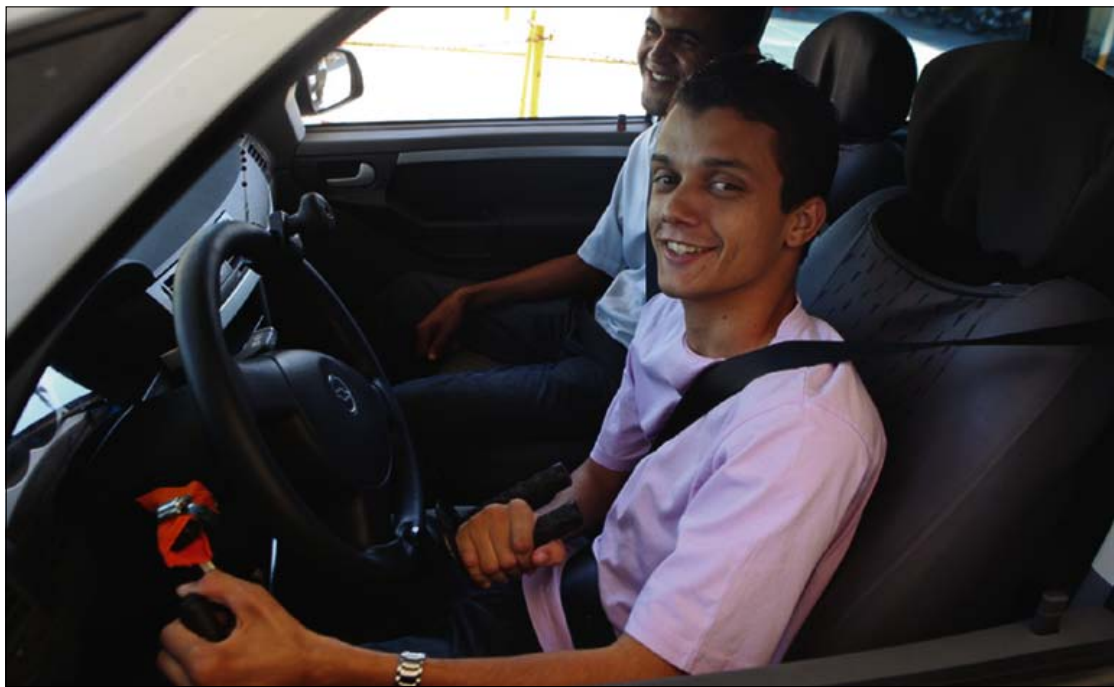
Pelo texto, a direção estadual do SUS terá competência para participar do planejamento, programação e organização de UTIs, emergências, urgências e atendimento móvel de urgência. Contra a falta de leitos, os serviços não seriam mais organizados isoladamente pelos municípios. Para Humberto, os serviços de UTIs continuam sendo um dos gargalos da rede hospitalar do SUS.

Pessoa com deficiência poderá ter isenção de pedágio em rodovias

Proposta que vai a votação final hoje em comissão ainda deverá ser regulamentada pelo Executivo para resolver viabilidade econômica

PROJETO QUE PREVÊ isenção de pagamento de pedágio para veículos conduzidos por pessoas com deficiência será analisado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em votação final.

A proposta (PLS 452/2012), de Ana Amélia (PP-RS), recebeu parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos (CDH). Na CAE, Lúcia Vânia (PSDB-GO) apresentou emenda que remete ao Poder Executivo o regulamento para concessão do benefício, porque considera a proposta técnica e sujeita a atualizações constantes. Ela julga necessário impor limite à gratuidade, para assegurar viabilidade econômica à proposta. Como o projeto não menciona recursos orçamentários para a despesa decorrente, “conclui-se que o benefício seria custeado pelo aumento do valor do pedágio para os demais motoristas”. De acordo com Lúcia Vânia, a limitação ao benefício pode se dar em função de fatores como a renda



Silvio Rocha/Prefeitura de Aracaju

Limitação à isenção no pedágio pode ser definida em função de fatores como a renda da pessoa com deficiência

da pessoa com deficiência e o grau de comprometimento da acessibilidade.

A pauta da CAE é composta de mais 14 itens, entre eles dois pedidos de autorização para contratação de operação de crédito externo em favor de dois estados. O pedido de maior valor, equivalente

a US\$ 200 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destina-se a melhorar o equilíbrio fiscal do Rio Grande do Sul.

A outra operação de crédito externo, no valor de US\$ 60 milhões, será assinada entre o BID e o Paraná. Os recursos serão usados no Programa

Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana — Família Paranaense.

Logo no início da reunião, deve ser eleito o vice-presidente da CAE. O cargo, que era ocupado pelo ex-senador Sérgio Souza, ficou vago com o retorno de Gleisi Hoffmann (PT-PR), da qual ele é suplente.

Proposta facilita acesso de deficientes a bancos

Está na agenda da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que se reúne hoje, substitutivo de Eduardo Amorim (PSC-SE) a projetos que facilitam o acesso de deficientes visuais à leitura e a serviços oferecidos nas agências bancárias.

O texto estabelece que livros adquiridos pelo poder público, como os do Programa Nacional do Livro Didático e do Plano Nacional do Livro e Leitura, sejam disponibilizados em portal na internet em formato digital passível

de conversão para áudio.

O relator afirma que a mudança proposta à Lei de Acessibilidade (Lei 10.098/2000) não vai onerar significativa-

mente os cofres públicos, uma vez que já existem programas de computador de domínio público que fazem a síntese de voz para conversão

dos livros em áudio.

O substitutivo prevê ainda que pelo menos um terminal por agência bancária disponha de meios de comunicação acessíveis para pessoas cegas. Além disso, esses terminais deverão estar colocados a uma altura que permita acesso a pessoas que utilizam cadeira de rodas.

Além da CMA, a matéria precisa ser analisada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), antes de ser enviada para exame da Câmara dos Deputados.



Marcos Oliveira/Agência Senado

No Senado, preocupação com acessibilidade já está presente na visita à Casa

MPs começam a ser analisadas nesta semana

Medidas provisórias (MPs) enviadas ao Congresso nos últimos dias de dezembro podem começar a ser discutidas nesta semana. Estão marcadas para amanhã reuniões de instalação de nove comissões mistas que vão analisá-las e a eleição do presidente de cada um dos colegiados. Também está prevista a votação do relatório da MP 628/2013, adotada em novembro, que institui fonte adicional de recursos para o BNDES e autoriza o fim do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo.

Entre as comissões mistas, está a que vai analisar a MP que transferiu R\$ 1,95 bilhão da União aos estados e aos municípios a título de auxílio financeiro (MP 629/2013). Editada em 19 de dezembro, a MP tem 60 dias para tramitar no Congresso e passa a trancar a pauta da Casa onde estiver no dia 15 de março.

Em seguida, deve ser instalada comissão mista que vai avaliar a MP 630/2013, que flexibiliza prazos e procedimentos na licitação de obras e serviços de construção e reforma de presídios e de

unidades de atendimento socioeducativo para crianças e adolescentes infratores.

Já a MP 631/2013 facilita a transferência de recursos da União para áreas atingidas por desastres, dispensando a apresentação de projeto para recuperação de locais em risco ou atingidos por catástrofes. A MP vale até 3 de abril e pode ser prorrogada por 60 dias

Outra comissão mista analisará a MP 632/2013, que aumentou salários de servidores de vários órgãos, como o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o

Hospital das Forças Armadas (HFA), as agências reguladoras e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Além disso, a MP traz outros assuntos de interesse dos servidores públicos, como regras para o recebimento de ajuda de custo, dispensa para alistamento eleitoral e convênio para a realização de exames médicos periódicos. A medida autoriza a prorrogação de prazos de contratos temporários e do funcionamento da Comissão Nacional da Verdade.

Gurgacz defende direitos de residentes em reserva extrativista

Acir Gurgacz (PDT-RO) manifestou ontem preocupação com famílias que vivem na Reserva Extrativista Jaci-Paraná, que engloba parte dos municípios rondonienses de Porto Velho, Campo Novo de Rondônia e Nova Mamoré. Ele lembrou que 800 famílias que já moravam no local antes de a reserva ser criada agora vivem o drama de ter que deixar as terras por não poderem desenvolver atividades de pecuária e agricultura.

— Criaram uma reserva e não se preocuparam com as pessoas — disse o senador.

Segundo Gurgacz, a área de proteção ambiental foi criada com o único propósito de atender exigências de entidades financeiras e contrair financiamentos internacionais.



Pedro Franco/Agência Senado

As famílias estão em situação de insegurança, diz Gurgacz

Alvaro cobra apuração de ameaça a humorista Fábio Porchat

Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou dos governos federal e do Rio de Janeiro providências quanto às ameaças sofridas pelo humorista Fábio Porchat. As ameaças, feitas de forma anônima e também na internet, foram denunciadas pelo pai do humorista, o ex-deputado federal Fábio Porchat, segundo o qual políticos e dois ministros chegaram a sugerir que o humorista criticasse menos o governo.

Alvaro também pediu que se apure o autor ou autores de ameaça feita numa página da internet intitulada Blog do Soldado, que se autodenomina página não oficial de apoio à Polícia Militar do Rio de Janeiro. Em uma postagem, um usuário sugere que o humorista seja metralhado.



Pedro Franco/Agência Senado

Postagem em blog sugere metralhar o humorista, afirma Alvaro Dias